



CONTEÚDOS DE GEOPOLÍTICA E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM GEOGRAFIA

Rafael Bartimann¹
Rafael Bastazini²

RESUMO

Este texto tem o objetivo de apresentar os resultados obtidos na formação continuada de professores de Geografia no Ensino Fundamental no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande/MS. Para tanto, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados na preparação da formação continuada assim como sistematizamos os resultados quantitativos em gráficos. Os resultados nos indicam ao menos três considerações: porcentagem significativa dos professores encontraram dificuldades para a realização da atividade proposta e/ou não realizaram as atividades; os professores avaliaram positivamente o formato e o conteúdo da formação continuada e, por fim, é necessário criarmos instrumentos qualitativos para identificarmos as carências teóricas dos professores de Geografia desta rede.

Palavras-chave: Formação continuada, Geografia, Geopolítica, Campo Grande/MS.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, descrevemos as ações que realizamos na formação continuada intitulada “Geografia e Geopolítica no referencial curricular da Reme³”, realizada em agosto de 2020 e que está disponível na plataforma YouTube. A formação teve como objetivo geral possibilitar aos professores da Reme, inclusive para aqueles que não são formados em Geografia, um aprofundamento no conhecimento da Geopolítica. Especificamente, nesta formação, analisamos: a formação e os fundamentos teórico-metodológicos da Geografia Política e da Geopolítica; os cenários e processos que originaram e estruturaram a hegemonia dos EUA considerando seus aspectos econômicos/financeiros e políticos/militares; o atual desenvolvimento econômico da China e, por fim, como a Covid-19 vem interferindo na geopolítica mundial. Essa ação faz parte das iniciativas de formação continuada organizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande⁴ – MS.

¹ Professor efetivo da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande/MS. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), câmpus de Três Lagoas/MS. Endereço eletrônico: <rafaelbartimann@gmail.com>.

² Professor efetivo da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande/MS. Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Presidente Prudente/SP. Endereço eletrônico: <basta_pena@hotmail.com>.

³ Rede Municipal de Ensino de Campo Grande/MS. A partir deste momento, Reme.

⁴ A partir desse momento, Semed.



Para contextualizar, iniciamos com um breve resgate histórico de algumas ações formativas no âmbito da Reme. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, bem como de outras leis importantes no cenário educacional nacional, como as leis nº 9.394/96 e nº 9.424/96, estados e municípios iniciaram processos de elaboração e/ou adequação de seus planos de cargos e carreira (o que inclui salários e novas concepções sobre a carreira docente).

Severino (2014), analisando a formação continuada de professores no município de Campo Grande entre 2005 e 2012, indicou a Lei Orgânica Municipal nº 101 e o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS (1998) como marcos regulatórios importantes para a formação e atuação dos profissionais da educação no município. Neste contexto, podemos afirmar que a Semed, há tempos desenvolve ações de formação continuada para os professores numa tentativa de cumprir com as demandas legais, bem como para melhorar a qualidade da educação no município. Contudo, os programas de formação continuada ganham força na década de 2000, sobretudo após a divulgação do Plano municipal de Educação de 2007, pela lei n. 4.405 (ARGUELHO, 2018).

Entre os anos de 2006 e 2007, segundo Silva (2016), a Semed desenvolveu diversas ações e dentre elas destacamos um programa que ofereceu cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, para todas as áreas do conhecimento. Esta ação se deu por meio do Centro de Formação para a Educação, órgão da própria Semed, vinculado à Superintendência de Gestão e Políticas Educacionais e contou auxílio e parceria de universidades locais.

Dentre os cursos aplicados, destacamos: a) organização do trabalho pedagógico do professor alfabetizador da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; b) organização do trabalho pedagógico do professor dos anos iniciais do ensino fundamental, na educação matemática; c) práticas pedagógicas interdisciplinares, com ênfase em história, geografia e ciências nos anos finais do ensino fundamental; d) formação docente: leitura e escrita e suas tecnologias nos anos iniciais do ensino fundamental; e) teoria e prática da educação física: um enfoque na educação infantil e no ensino fundamental; f) língua inglesa: linguagem e metodologias; g) língua portuguesa: uma abordagem textual nos anos finais do ensino fundamental e h) arte-educação contemporânea: olhares criativos (SILVA, 2016, 58-59).

Desde 2005, a Semed vem organizando no mínimo uma formação continuada por bimestre. Os encontros ocorrem em locais diversos, que variam desde as próprias unidades escolares até instituições parceiras, como os centros de educação ambiental, museus, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Universidades parceiras, dentre outros.



Em termos gerais, as temáticas discutidas nos cursos de formação continuada da Semed estão pautadas em dois elementos essenciais, a saber: o primeiro é constituído pelos anseios dos próprios professores que atuam na rede de ensino local, visto que durante os processos formativos, os mesmos indicam dificuldades, carências e/ou possibilidades que motivam discussões futuras, por meio de uma avaliação do programa ao final da formação; o segundo é o conteúdo presente no Referencial Curricular da Reme.

É nesta perspectiva que em 2019, durante um destes espaços formativos, discutíamos a elaboração do novo Referencial Curricular da REME, pautado na Base Nacional Comum Curricular, que surgiu a indicação do tema Geopolítica com ênfase na relação China – Estados Unidos, que abordasse aspectos econômicos, sociais, culturais etc. Isso ocorreu, dentre outros fatores, porque essa temática foi incorporada com mais ênfase nos anos finais do ensino fundamental, sobretudo com foco no desenvolvimento econômico chinês e na expansão comercial do país sobre outros mercados.

Com a pandemia da Covid-19 e os debates crescentes em torno dos conflitos geopolíticos entre Estados Unidos e China, o momento era ideal para elevarmos este debate, que para muitos professores desta rede limitava-se às informações provenientes dos livros didáticos, que em síntese são limitadas e por vezes, desatualizadas. Isto quando não se limitavam as informações provenientes das mídias televisivas, que muitas vezes são tendenciosas, ou até mesmo, por redes sociais, quase sempre desprovidas de argumentação científica, de método.

A urgência desse debate também se associa às relações sino-brasileira atuais, que são expressas num ambiente de inflexão e cercado de acusações, em grande medida, partindo do atual governo brasileiro. Isso pode trazer implicações para a vida de muitos brasileiros, visto que a China se tornou um gigante global e um dos principais parceiros comerciais do Brasil e da América Latina a partir dos anos 2000 (IBAÑEZ, 2020).

METODOLOGIA

Considerando as indicações das instâncias maiores no âmbito da administração pública, bem como das instituições de saúde que gerenciam a situação da Covid-19 no Brasil (e também na esfera municipal), todos os procedimentos de divulgação, inscrição, apresentação, debate, envio/recebimento de atividades, correções e devolutivas da formação continuada foram realizados de maneira remota.



As inscrições na formação continuada foram realizadas por meio da plataforma Even3 e a divulgação se deu por meio de comunicação interna direcionada às escolas da Reme, bem como por meio de redes sociais como *Whatsapp*; *Blogs*; *Facebook*, entre outros.

Sobre a produção do conteúdo para a formação continuada, executamos os seguintes procedimentos: a) realizamos um levantamento bibliográfico sobre os temas a partir de três disciplinas (Geografia Política; Geopolítica; Relações Internacionais) ministradas na Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal do ABC (UFABC), respectivamente; b) identificamos as revistas científicas consideradas A1 pela Qualis/CAPES e nos apropriamos de todos os artigos que abordassem a temática da Geopolítica; c) dos 57 artigos e livros selecionados, lemos e fichamos 27⁵, que se constituíram na base teórica do nosso curso; d) elaboramos uma apresentação em *slides* com base nas leituras que pudesse ser aproveitada em sala de aula pelos professores participantes e e) disponibilizamos a apresentação no formato de aulas, já fragmentada em quatro temas (Geopolítica: questões conceituais, A Geopolítica norte-americana, A China no século XXI e Geografia e pandemia) no blog⁶ que mantemos para dar suporte aos professores de Geografia da Reme. Abaixo, na figura 1, observamos parte desse material.



Figura 1: Material utilizado na formação continuada e disponibilizado para os professores.

A formação foi gravada a partir da plataforma *StreamYard* e disponibilizada aos professores por meio da plataforma *YouTube*, no canal oficial do programa de formação continuada intitulado “Reflexões Pedagógicas: diálogos entre a teoria e a prática”, gerenciado

⁵ Não houve tempo hábil para a leitura de todo material, tendo em vista que concomitantemente a produção da formação continuada, temos que atender outras demandas associadas à nossa função na Semed.

⁶ Para acessar o blog e conhecer os conteúdos que produzimos, acessar www.geomorena.blogspot.com.



pela Superintendência de Gestão das Políticas Educacionais (setor que compoem a Semed). Durante a exibição em tempo real, mantivemos contato com os participantes através da ferramenta “chat ao vivo”, da plataforma *YouTube*. Esta interação permitiu o esclarecimentos de dúvidas no momento em que o professor assistia a formação. Além disso, dúvidas puderam ser esclarecidas por *e-mail* após o encerramento da exibição ao vivo.

Como atividade para garantir a certificação de 20h, sugerimos a leitura de um artigo⁷ e a produção de uma resenha crítica. Os critérios de avaliação foram os seguintes: clareza e organização da redação; desenvolvimento dos temas abordados pelo autor; qualidade do conteúdo extra abordado e criatividade na formulação dos problemas e críticas. O prazo para entrega da resenha foi de duas semanas após o dia da formação. Deixamos claro na proposta enviada aos cursistas, que em caso de inadequação - a partir da correção/análise - quanto aos critérios supracitados, a atividade seria reenviada e poderia ser refeita num prazo de três dias úteis.

A certificação de participação na formação continuada dependeu do envolvimento do professor e ocorreu de duas formas: 1) certificado de duas horas para quem assistiu a formação e 2) certificado de 20 horas para quem assistiu a formação, realizou a leitura do material indicado e disponibilizado e produziu atividade atendendo aos requisitos mínimos exigidos.

Para o recebimento das atividades, optamos por duas plataformas distintas, a saber: *Google Forms* e *JotForms*. A opção por estas plataformas se deu pela gratuidade e eficiência que as mesmas apresentam para recebimento de arquivos bem como para o monitoramento quali-quantitativo dos envios, permitindo por exemplo, condensar os dados e produzir gráficos que foram de suma importância para as análises do resultado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destacaremos a seguir os aspectos quantitativos da participação dos professores na formação continuada intitulada “Geopolítica no referencial curricular da Reme”. Durante a exibição ao vivo, mantivemos uma média de 212 espectadores, contudo, até o dia 11 de setembro de 2020, obtivemos 3.656 visualizações. A partir deste número, considerando o quantitativo de professores de Geografia que atuam na Reme, é possível realizar alguns

⁷ IBAÑEZ, Pablo. Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso. Espaço e Economia [Online], 18 | 2020.



esclarecimentos: a) alguns professores visualizaram a formação em mais de uma oportunidade; b) professores de outros componentes curriculares também manifestaram interesse no conteúdo ministrado e c) professores que não participaram da formação ao vivo acessaram o conteúdo em outro momento. Diante destas indicações é possível considerar que os professores reconhecem a importância de discutir o atual contexto geopolítico no mundo e suas implicações sociais, econômicas e ambientais para o Brasil.

O gráfico 1 apresenta dados mais concretos, inferindo sobre o número de professores inscritos na referida formação bem como o desenvolvimento das atividades. Estes valores permitiram análises qualitativas e trouxeram à tona possíveis elementos que devem ser considerados no processo de formação continuada de professores.

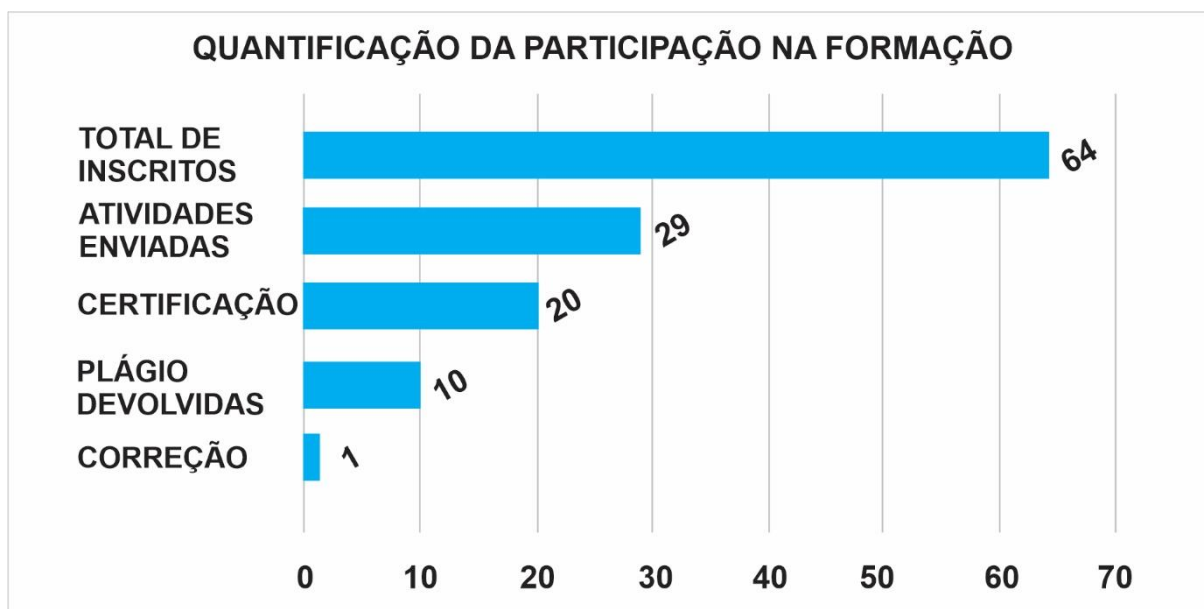


Gráfico 1: Número de professores inscritos na formação, participação nas atividades e resultados obtidos.

Recebemos 64 inscrições na formação e destes, 29 professores encaminharam atividade avaliativa, representando deste modo, 45,3% do total de inscritos. Quanto à plataforma de envio, 20 professores utilizaram o *Google Forms* e 9 professores optaram pelo *JotForms*, contudo, ambas as plataformas atenderam com eficiência as necessidades da formação, sem apresentar impedimentos na sua utilização.

Dentre as 29 atividades enviadas, 10 foram devolvidas aos professores por conter indícios de plágio, o que equivale a 34,5% das atividades recebidas. A partir deste número é possível inferir que algumas situações resultam da falta de conhecimento técnico e normativo sobre produção textual, o que pode ser reflexo de uma formação acadêmica deficitária.



Vale lembrar que o plágio se caracteriza quando trechos são retirados na íntegra de determinados documentos sem que lhes sejam conferidos os créditos de direito, reconhecendo deste modo, o trabalho do autor. Por isso, é de suma importância que se façam as devidas citações e referências das fontes de pesquisa utilizadas. Do ponto de vista do ordenamento jurídico brasileiro, diversos dispositivos legais abordam o plágio, dentre eles destacamos a Constituição Federal, a lei dos Direitos Autorais (leis 9.610/98 e 9.609/98), além de decretos diversos que foram publicados a partir das Convenções Internacionais de Berna e Genebra (COSTA, 2016).

Dentre as atividades devolvidas, somente 1 professor conseguiu descaracterizar o plágio no processo de revisão da atividade. Outros 2 professores tentaram corrigir os equívocos na redação mas não obtiveram sucesso e acabaram cometendo os mesmos erros, ou seja, encaminharam textos com indícios de plágio novamente. Os outros 7 professores optaram por não reencaminhar a atividade e abandonaram o processo integral de participação na formação. Vale lembrar que todas as correções realizadas foram pontuais e a partir delas, foram feitas indicações quanto às normas de formatação bem como quanto aos elementos e estrutura básica de uma resenha. Logo, nenhum professor foi desamparado de orientação na realização da atividade. Ao final, vinte professores estavam aptos para receber a certificação integral de participação na formação.

Em termos de avaliação geral da formação, consideramos que o objetivo proposto foi atingido, tanto que não houve nenhuma avaliação por parte dos 19 professores que indicasse caráter negativo ou qualquer tipo de crítica quanto ao tema abordado, aos objetivos da formação, à metodologia da formação, à plataforma de postagem da atividade ou à plataforma de inscrição. Estes resultados podem ser vistos no infográfico que segue (Figura 2).

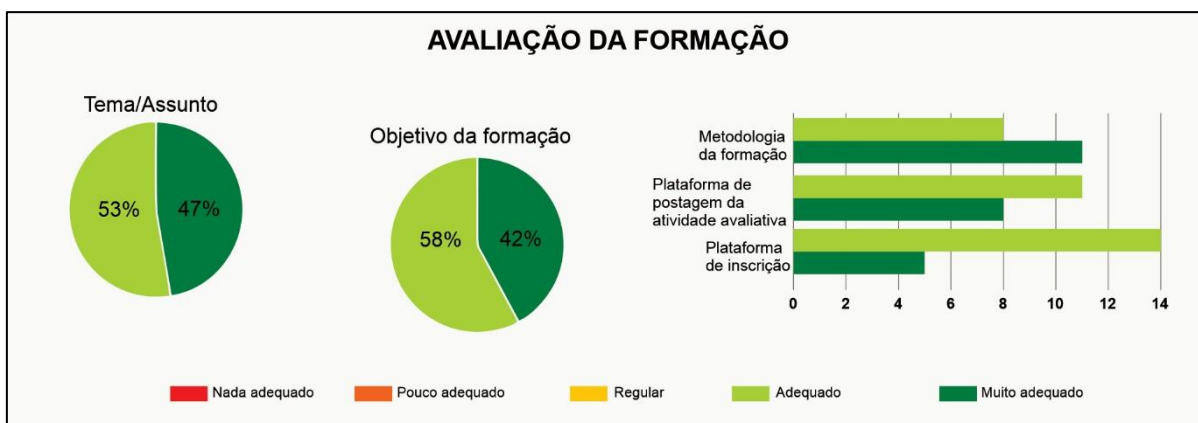


Figura 2: Gráficos que indicam a avaliação geral dos professores a respeito da formação continuada.



Chamamos atenção que quando questionados sobre a plataforma de inscrição, apenas 5 professores acharam muito adequado. Isso ocorreu, dentre outros fatores, porque há um aperfeiçoamento constante das plataformas de inscrições. Até meados de 2018 os certificados eram emitidos na própria secretaria, dificultando, por vezes, o acesso aos mesmos. Atualmente tudo ocorre por meio de plataformas, com emissão dos certificados digitais. Por outro lado, é recorrente os casos de professores que não conseguem efetuar suas inscrições e isso ocorre por vários motivos: dificuldade com o trabalho digital, perda de prazos, problemas na plataforma, dentre outros.

No que tange a avaliação por parte dos docentes em relação ao nosso trabalho, etapa importante por constituir uma espécie de *feedback* daquilo que vimos desenvolvendo, os professores participantes nos avaliaram em 6 quesitos distintos: clareza, domínio conceitual e prático, esclarecimento de dúvidas, promoção da participação, aplicação da temática e fundamentação teórica da formação (figura 3).

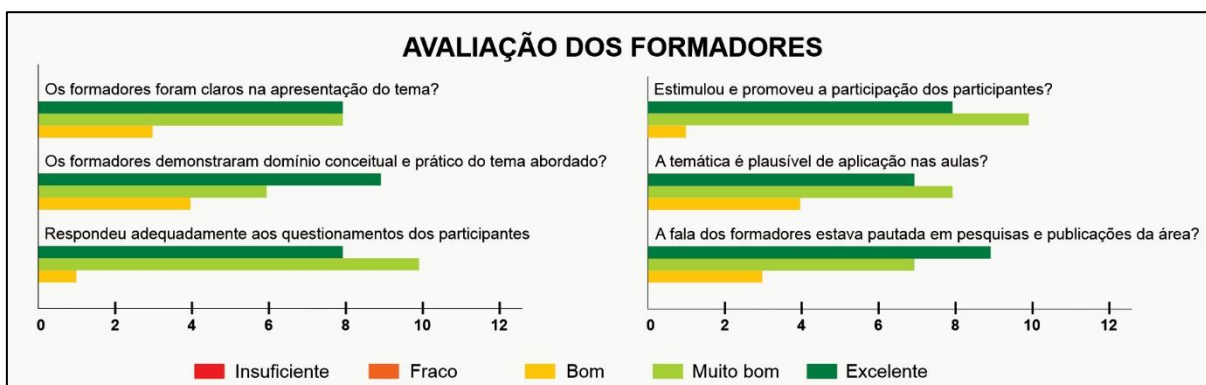


Figura 3: gráficos que indicam a avaliação geral dos docentes em relação aos professores formadores.

Com base na avaliação realizada pelos professores participantes, podemos inferir que fomos claros na apresentação do tema proposto e que conseguimos demonstrar domínio conceitual e prático, visto que buscamos atender de forma precisa cada conceito considerado base para as análises que fizemos ao longo da formação, esclarecendo protamente as dúvidas que pudessem surgir ao longo da discussão. Vale ressaltar que o tempo para apresentação deve ser repensado, visto que percebemos a necessidade de acelerar o ritmo da apresentação para adequarmos o conteúdo proposto ao tempo estabelecido (1h). Essa questão do tempo é uma preocupação que deverá ser considerada nas próximas ações.

A temática foi julgada aplicável em sala de aula, considerando que atende aos requisitos do Referencial Curricular da Reme e pode ser encontrada nos materiais disponíveis ao



professor, como nos livros didáticos adotados pela Reme. Logo, vale ressaltar que o embasamento teórico avaliado pela maioria como muito bom e/ou excelente extrapola às limitações do livro didático e envolve uma série de pesquisas acadêmicas – como informado na metodologia - que trazem à tona conceitos e análises atuais em termos de Geografia e de Geopolítica. Esta perspectiva rompe em certo grau com aquilo que Silva (2012) chamou de “fetichização do livro didático”⁸, prática que pode ofuscar discussões significativas e elevar o livro didático à categoria de instrumento único para o direcionamento das práticas pedagógicas, incluindo tanto o seu caráter conceitual, quanto o seu caráter analítico.

Obviamente que o livro didático tem sua relevância. Conforme mencionado por Callai (2016), este material tem fundamental importância na medida em que permite o acesso ao conhecimento sistematizado e apresenta informações e conceitos base para as discussões em sala aula. Este instrumento ganha ainda mais importância se consideramos que muitas vezes, o livro didático será o único livro que os estudantes da escola pública possuirão em suas casas. No entanto, esta mesma autora chama atenção ao qualificar o livro didático como:

[...] um poderoso instrumento nas mãos do Estado Nacional para veicular seus princípios e seus interesses no sentido de desenvolver uma consciência nacional. Através da divulgação dos conhecimentos e pelas orientações pode funcionar inclusive como algo autoritário, uma vez que se apresenta no Brasil como um livro destinado a todo o território nacional. (CALLAI, 2016, p. 274).

Nesse sentido, temos claro que a produção coletiva de materiais didáticos é um dos caminhos que temos que objetivar em nossas ações. Em parte isso já vem ocorrendo em nossas atividades diárias, porém o envolvimento dos docentes é primordial para que os materiais atendam de fato as necessidades das práticas em sala de aula.

Por fim, apesar das avaliações positivas, temos que pensar estratégias para alcançar uma maior adesão quanto a realização das atividades propostas. A porcentagem de 45,3 de atividades enviadas em relação ao total de inscritos corrobora com essa afirmação. Ainda mais quando observamos que menos de 1/3 dos inscritos realizaram todas as atividades e receberam a certificação completa. Mais que melhorar os números, temos que contribuir para a melhora qualitativa dos professores. Esse é o nosso desafio.

⁸ A grosso modo, o fetichismo do livro didático seria uma espécie de adoração ao material, como se este fosse a única fonte de conhecimento. Isto pode limitar, em grande medida, a atualização do professor em termos de conceitos e perspectivas analíticas mais atuais, ainda mais na Geografia, componente curricular que analisa as dinâmicas (movimentos) ambientais, sociais, econômicas e políticas que tangem a sociedade e a produção do espaço geográfico em suas múltiplas escalas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada dos professores vem ganhando cada vez mais destaque no contexto da educação. Isso ocorre ao menos por dois motivos: é uma meta do Plano Nacional de Educação, sendo assim uma atribuição das secretarias de educação, e a conhecida precariedade dos desempenhos escolares de grande parcela dos estudantes.

Para nós, a formação continuada no âmbito da Reme é de fundamental importância para o constante aprimoramento da prática docente, pois são nesses espaços/momentos que grande parte dos professores têm a oportunidade de debater, refletir, analisar, comparar, julgar etc., conhecimentos científicos demandados por eles. A atualização acerca do que vêm sendo produzido no âmbito do conhecimento geográfico é central para que mudanças qualitativas ocorram na prática docente.

Ainda nesse sentido, as formações continuadas permitem que nós, professores formadores, conheçamos a necessidade/dificuldade dos docentes. No caso da formação que expomos no texto, as dificuldades se evidenciam pela fragilidade conceitual de grande parte das resenhas, associado à inadequação dos objetivos de um trabalho dessa natureza. O fato de que significativa parcela dos professores não realizaram a atividade já é indicadora da dificuldade⁹ na elaboração de textos reflexivos, que exigem associação entre conceitos e autores, além de requerir uma análise crítica do assunto abordado.

A grande porcentagem de trabalhos plagiados também nos chamou a atenção para a falta de domínio da escrita científica, que exige uma série de procedimentos metodológicos para ser realizada, com destaque para as referências de outros autores que devem ser reconhecidos ao longo do texto, de acordo com as normas estabelecidas pela Agência Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Apesar das avaliações por parte dos docentes serem positivas quanto aos critérios observados na formação, avaliando resultados obtidos no processo de correção/análise das resenhas críticas, é urgente a necessidade de elaborarmos instrumentos qualitativos e quantitativos para conseguirmos identificar individualmente as necessidades dos docentes, para a partir de então pensarmos em ações que possam colaborar o seu desenvolvimento.

⁹ Obviamente que consideramos o momento de exceção pelo qual estamos passando. O ensino remoto e a readequação das atividades docentes criaram uma série de situações excepcionais que impactaram diretamente na sobrecarga de trabalho e na saúde dos profissionais. Portanto, esse número também deve ser entendido a partir desse contexto.



Por fim, abre-se um campo de investigação a partir da análise desses espaços/momentos de formação continuada. Neste texto, a formação continuada dos professores foi o centro da análise, mas os resultados indicam, inclusive, que novas metodologias devem ser desenvolvidas por nós, professores formadores, nesse caso, a autocrítica é necessária e bem vinda.

REFERÊNCIAS

ARGUELHO, Rubens Silva. Formação continuada de professores das escolas de tempo integral da rede municipal de ensino de Campo Grande-MS. Dissertação (Mestrado em Educação) – Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2018.

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

BRASIL/MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

CALLAI, Helena Copetti. O livro didático no contexto dos processos de avaliação. OKARA: Geografia em debate. Vol. 10, N. 2. 2016.

CAMPO GRANDE. Lei n. 4.405, de 31 de agosto de 2007. Aprova o Plano Municipal de Educação no Município de Campo Grande e dá outras providencias. Diogrande n. 2.379, de 10 de setembro de 2007.

IBAÑEZ, Pablo. Geopolítica e diplomacia em tempos de Covid-19: Brasil e China no limiar de um contencioso. Espaço e Economia, 18, 2020.

COSTA, Rosa Maria Cardoso Dalla. Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações científicas. Intercom-RBCC. São Paulo, volume 39. Nº 3, p. 187-200. 2016.

SEVERINO, Jorismary Lescano. Formação continuada de professores no município de Campo Grande (2005- 2012). Dissertação (Mestrado em Educação) – Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014.

SILVA, Analice Teresinha Talgatti. Diálogos pedagógicos geoambientais: paisagens e lugares de Campo Grande? - algumas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos geográficos em educação ambiental. Dissertação (Mestrado em Geografia). Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. Educ. Real. [online]. 2012, vol.37, n.3, pp.803-821. ISSN 2175-6236.